



A FRAGMENTAÇÃO AÇÃO POLÍTICA CERCEADA POR UM AUTORITARISMO DIFUSO LEGITIMADO: SOBRE OS MOVIMENTOS “SALVE A MATA DO PLANALTO” E “RESISTE IZIDORA” EM BELO HORIZONTE

Bruno von Sperling

Instituto de Geociências (IGC/UFMG)

bguerramvs@gmail.com

INTRODUÇÃO

Democracia e ação política, tema do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, andam juntas, na medida em que a primeira é resultado da segunda, e a segunda é limitada (ou possibilitada) pela primeira. O que seria da democracia moderna sem a ação política, com diferentes escalas, de resistência à diversos tipos de opressão? Ao mesmo tempo que, a democracia abre espaço para diversos tipos de ações políticas antagônicas. Mas nem tudo são flores.

A democracia pode, também, ser vista como uma camuflagem para a luta de classes, uma aparente igualdade de todos, dentro de um sistema que reproduz a desigualdade. Harvey (2005), apresenta a teoria marxista do Estado, em que este é um instrumento de dominação de classe, uma vez que garante a mobilidade do capital e do trabalho. Embora essas garantias só beneficiem uma classe, o Estado deve aparentar estar acima dos conflitos inerentes à essa situação.

Bourdieu (2014) ainda pondera que o Estado não é um bloco, mas sim, um campo. Ou seja, dentro do Estado, existem instituições que podem entrar em conflito entre si, por se posicionarem de maneiras mais progressistas ou conservadoras diante de uma mesma condição. Mas essas divergências interinstitucionais fazem parte da estrutura que pode escamotear os conflitos concretos, mantém a igualdade e liberdade da troca, protege o direito à propriedade e regula as destruições inerentes da competição capitalista, baseando-se em um sistema legal (HARVEY, 2005: 85).



Apesar de uma estrutura reprodutora das relações de produção, as conjunturas também devem ser consideradas, em que todas as escalas de análise influenciam. Se aqui trataremos de um conflito relacionado ao setor imobiliário, não podemos ignorar, inicialmente, o momento do capitalismo das últimas quatro décadas, em que o mercado financeiro dita as regras. Espalhados mundo afora, os investidores mobilizam dinheiro como capital, ou seja, possuem fundos de reserva, mas ao invés de segurá-los, preferem agir como credores. Assim, emprestando dinheiro para viabilizar uma atividade produtiva, cujo trabalho futuro geraria lucros que seriam capazes de pagar com juros seus investimentos. Surge aí um capital fictício, sem nenhuma materialidade em suas origens, proveniente do próprio dinheiro (HARVEY, 2006).

Esse capital sem fronteiras, como diz Moreira (2008), cria Estados-caixeiro viajantes, se inserem na lógica financeira em uma condição de reféns dela. Nesse sentido, o governo brasileiro, especialmente nos anos do Partido dos Trabalhadores, alavancou projetos como o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), que apesar de se divulgarem como, respectivamente, voltados para infraestrutura e moradia, tiveram a função específica de garantir lucros estáveis para as empresas contratadas, que ainda por cima, carregavam consigo o lastro de obras de interesse público, apesar de se estruturarem em ganhos privados.

Enquanto no plano municipal, o governo de Márcio Lacerda adota posições declaradamente higienistas e gentrificadoras, cujos projetos para a cidade estão sempre atrelados à produção do espaço pelo/para o capital. Enquanto, usos do espaço que não se apegam à uma rede de lucros são continuamente combatidos pelo poder municipal.

Uma das empresas beneficiadas por toda essa conjuntura/estrutura é a Direcional S.A., que conta com empreendimentos imobiliários e de construção, especialmente nas regiões Norte e Sudeste do Brasil. Apesar de ser uma empresa nacional, 50% de seu capital é jogado para o mercado financeiro e bolsa de valores, enquanto a outra metade das ações são dos próprios donos da empresa. Isso revela o altíssimo grau de imbricação entre capitalistas, estejam eles relacionados às atividades produtivas ou creditícias, em que todos possuem uma fatia no bolo de cada um.



Uma visão mais geral, mas que atingiria a raiz do problema, diria que a fragmentação do tempo-espaço, ou como diz Polanyi (2012), a expansão do sistema autorregulado de mercado para a natureza e o ser humano, gerando a sociedade de mercado, com as instituições separadas de trabalho e meios de produção é a causa desse “mal-estar”. Entretanto, como a motivação no presente encontro envolve democracia e ação política, também é possível enveredar para conflitos específicos.

Em Belo Horizonte, a empresa Direcional está diretamente relacionada com dois conflitos que possuem visibilidade na agenda pública municipal. O primeiro se dá na Mata do Planalto, com área aproximada de 120m², e trechos de vegetação densa, inclusive resquícios de Mata Atlântica. Esse lugar, simbolicamente muito representativo para a comunidade dos bairros do entorno, é destacado por movimentos sociais por sua riqueza de fauna e flora e que lutam por sua preservação. Isso porque ele é um terreno privado, comprado pela Direcional, que almeja construir oito prédios de 15 andares cada, em um total de 752 unidades residenciais.

Já o segundo conflito diz respeito às ocupações urbanas do Izidora, na região norte de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia. As ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória possuem, juntas, cerca de 11 mil famílias e ocupam uma pequena parte de um enorme terreno de 9,5 milhões de m². Neste terreno, a Direcional pretende fazer loteamentos, além da construção de 13 mil apartamentos do MCMV. A luta de moradores e apoiadores é pelo território, a partir do direito básico de se ter acesso à moradia. A partir desses dois movimentos, analisaremos a democracia e ação política, onde o Estado não entra como mero opressor, mas ele também cria hierarquias.

DISCUSSÃO

Uma análise extremamente crítica de ambos os movimentos pode partir do princípio que eles não são revolucionários no sentido literal da palavra, uma vez que reproduzem a propriedade privada em suas demandas. Isso, entretanto, em nada deslegitima a busca por justiça, igualdade e a produção do espaço a partir das vontades da população. Esse



“limite” das demandas é, principalmente, regulado por o que Laschefski (2014) denomina de autoritarismo difuso, pois cada parte do processo ditado pelo Estado em que os movimentos têm de se submeter acaba por podar os pleitos iniciais.

Isso se dá, também, na fragmentação institucional, em que os movimentos são obrigados a transitarem entre várias instituições e cada uma possui um alcance limitado. Enquanto o movimento da Mata do Planalto atua na relação com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), o movimento das ocupações do Izidora se focam, ultimamente na Justiça Estadual, que decide sobre a reintegração de posse.

Nesse sentido, os movimentos perceberam que se unindo eles teriam maiores alcances institucionais e visibilidade da sociedade, tendo como pauta comum a resistência às iniciativas da Direcional e do direcionamento do governo. Entretanto as diferentes concepções da luta e de classe dos movimentos apartam uma verdadeira união entre eles.

O movimento das ocupações é composto por pessoas que vivem à margem da sociedade, tanto porque são, em grande parte, negras, quanto por se integrarem precariamente na divisão do trabalho, seja com empregos mal remunerados ou na informalidade ou até mesmo como exército de reserva (desempregados). Há ainda uma rede de apoiadores, com destaque para os movimentos sociais que costumam marcar presença nos momentos de ocupação, resistência e negociação com o governo. Sendo assim, as formas de atuação consistem em atos de visibilidade, como as recorrentes paralisações de trânsito, para obrigar que o governo abra a mesa de negociação.

A negociação, neste caso, é uma medida necessária, apesar de ter um limite a depender das condições impostas. Isso porque, viver uma vida em que não se pode planejar o seu futuro, com o ostensivo aparato policial utilizado cotidianamente para ameaçar o despejo, é uma condição de vida emocionalmente insustentável. Sendo assim, as negociações se dariam no sentido de que o empreendimento pudesse acontecer sem a retirada das ocupações.

A negociação não faz parte da tática de luta do movimento da Mata do Planalto, uma vez que a demanda deste é de que o empreendimento da Direcional não saia do papel. Sendo assim, os sujeitos se organizam em manifestações durante as reuniões do COMAM, na



busca de vias legais que adiem a votação, pois sabem que se ela ocorrer, ao empreendimento será concedida a licença ambiental. Além disso, protestos nas ruas também são feitos, mas não fazem parte das ações de um movimento de uma classe média.

Desta maneira, por trás de uma opressão do Estado que, apesar de democrático, restringe a ação política de movimentos em todas as suas arestas para que os interesses que gerem lucros possam se realizar sem percalços, há uma certa hierarquização dos oprimidos. É possível perceber que a divisão do trabalho também pesa nos momentos de conflitos urbanos. Do lado das ocupações as recepções são da polícia, enquanto no movimento da Mata do Planalto, apesar da constante deslegitimação por parte do governo, o tratamento envolve, ao menos, a formalidade do “fingir ouvir”.

Laschefski (2014) lança mão de conceitos bourdianos para definir que os fóruns participativos são um campo, onde atores com diferentes níveis de capital social, disputam poder, mas sempre dentro de uma *doxa*, ou verdade oficial, tal qual, desenvolvimento e progresso. Ou seja, cria-se um espaço onde a essência do problema não pode ser posta em questão, mas que exigem *modus*, *habitus* e uma linguagem específica. Assim, a realização da função social da terra e o direito ao meio ambiente (as duas questões dos movimentos em voga) têm de ser reduzidos ao tecnicismo e legalismo para que possam serem considerados pelo Estado. O domínio desta linguagem é uma diferença entre os dois movimentos e está diretamente ligada à divisão do trabalho.

A questão se torna mais complexa, uma vez que, do lado das ocupações existem uma rede de apoiadores que domina a linguagem estatal, mas o tratamento não muda. Podemos então trazer questões como o racismo ambiental (HERCULANO, S. PACHECO, T., 2006), que complementa essa análise da relação opressor-oprimido. Por meio de um conceito de raça não biologicamente determinada, mas histórico-socialmente construído, com o qual é possível diferenciar aqueles que tem o privilégio de modelar o ambiente de acordo com os seus interesses e aqueles que são sujeitados às condições e consequências de um espaço produzido por poucos e para poucos.

O fato de serem negros e de estarem “invadindo” a propriedade privada traz a opinião pública hegemônica para o lado do governo, que em um discurso patrimonialista e moralista exalta o segundo fato, enquanto o primeiro aparece somente nas consequências.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto procurou levantar a questão da divisão do trabalho dentro das lutas urbanas. Não se trata de apontar o dedo para um movimento ou para outro, até porque ambos se encontram paralelos aos interesses de governo. Mas é interessante apontar as diferenças que se manifestam no cotidiano e são agravadas pela atividade estatal. A crítica feita aqui se volta para como se estrutura o Estado, quem em sua necessidade de categorizar, reforça todas as desigualdades inerentes da sociedade de mercado, e o conflito urbano é causa e consequência disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª edição. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. Annablume. São Paulo, 2005.

HARVEY, D. *The limits to capital*. Verso. Londres, 2006.

HERCULANO, S. PACHECO, T. *Racismo Ambiental: I Seminário contra o Racismo Ambiental*. Introdução: "Racismo ambiental", o que é isso?. FASE. Rio de Janeiro, 2006.

LASCHEFSKI, K. *Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso*. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N. *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014.



MOREIRA, R. *A reestruturação espacial e as novas formas de sujeitos e conflitos nas relações geográficas deste começo de século*. In: Terra Livre, n30, v1. Presidente Prudente, 2008.

POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2012.